

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Correio Braziliense Class.: 362  
 Data 03/06/80 Pg.: \_\_\_\_\_

# Funai demite 3 indigenistas

*Tensão social e revolta entre famílias de posseiros em Barra do Garças*

AVELINO DO VALE

Por discordarem do "rumo antiindigenista que vem sendo dado à política oficial, que vai contra a tradição indigenista criada por Rondon", e em sinal de protesto pela demissão de três colegas, sete indigenistas pediram demissão, ontem, ao final da tarde, da Fundação Nacional do Índio. Em Brasília. Os pedidos de demissão foram protocolados por eles na sede do órgão depois que um índio, Manoel, líder Apurinã, do município de Boca do Acre, revelou ter sido ameaçado de prisão pelo presidente da Funai, coronel João Carlos Nobre da Veiga, em um incidente que teve início com a expulsão de quatro jornalistas, aos empurrões, pelo próprio Nobre da Veiga e pelo coronel Arael Gonçalves, seu assessor, da sala da presidência, à qual foram chamados por Manoel Apurinã, aparentemente por solicitação do dirigente da autarquia.

Classificada como "sem precedentes" pelos indigenistas que pediram demissão, "em caráter irrevogável", a crise na Funai chega ao seu ponto culminante após uma sucessão de incidentes a partir de 5 de maio último, "Dia de Rondon", quando Nobre da Veiga chamou a polícia durante uma reunião, em seu gabinete, com 31 líderes da nação Xavante, de Mato Grosso.

No início da noite, o presidente da Funai recebeu a imprensa concedendo uma entrevista na qual alegou a que "os problemas não são meus, são herança de outras administrações" e que "nós" - os dirigentes do órgão tutor do índio - "temos que ser juizes entre duas culturas, a do índio e a do branco"

ÍNDIO AMEAÇADO

Por volta das 16 horas, na sala da Chefia de Gabinete da presidência da Funai, quatro jornalistas entrevistavam, além de Manoel Apurinã, três índios do Acre, Mário Domingos, da nação Kaxinauá, localizada no município de Manoel Urbano, José Severino, Machineri, e José Correia, Jaminaua, ambos de grupos habitantes do município de Sena Madureira.

Pouco depois que os índios ingressaram no gabinete da presidência, Manoel Apurinã retornou, convidando os jornalistas a acompanhá-lo. Ao entrar no gabinete, o grupo de jornalistas foi surpreendido pelo presidente da Funai, que, visivelmente transtornado, aos gritos, dirigiu-se a Manoel: "Quem é que manda aqui? Você não é o dono da Funai. O dono da Funai é o Governo. Eu só recebo a imprensa quando bem entender. Saiam daqui".

Diante da reação de Manoel, que insistia na presença dos jornalistas, Nobre da Veiga complementou: "Na aldeia, quem manda são vocês", ao que o líder Apurinã retrucou que "na nossa aldeia o senhor também não entra. E, então, tira o Apoena, nós não queremos o Apoena, referindo-se ao delegado da 8ª Delegacia da Funai, Apoena Meireles.

Aos empurrões, sob protestos, os jornalistas foram retirados do gabinete, lá permanecendo os índios. Ao saírem, Manoel Apurinã revelou ter sido ameaçado pelo presidente da Funai: "Você não deve trazer o pessoal da imprensa. Você merecia ser preso". A resposta

do índio, segundo contou, foi: "O senhor é quem sabe... Se a Lei permite..."

Os quatro líderes indígenas pediram a Nobre da Veiga a demarcação de suas terras. José Severino, o índio Machineri, e José Correia, Jaminaua, contaram ter solicitado, ainda, o retorno ao Posto Indígena de Mamoadate, através do qual são assistidos, do indigenista José Carlos Meireles. Ele foi demitido no final da semana passada, segundo se anunciou ontem, juntamente com seu substituto na chefia do posto, Antonio Luiz de Macedo, após afastar-se do cargo para tratamento de saúde. Além dele, foi demitido o antropólogo Rafael José de Menezes Bastos, que desempenhava suas funções na Divisão de Estudos e Pesquisas do Departamento Geral de Planejamento Comunitário da Funai, na sede do órgão, em Brasília.

Aos repórteres, recebidos em seu gabinete após uma espera de mais de duas horas, o presidente da Funai, solicitado a revelar os motivos das demissões dos três funcionários da autarquia, disse que "todas as organizações da cidade (Boca do Acre) brigavam com esse rapaz, o Meireles...". Indagado sobre se a razão dessas brigas não seria a defesa dos índios pelos indigenistas, Nobre da Veiga perguntou: "Como é que você defende o índio?", respondendo: "Nós, temos que ser juizes entre duas culturas".

Sobre a recente denúncia de corrupção na assistência aos 15 mil índios de diversas nações que, estudando, moram em Brasília, em um abrigo mantido pela Funai na

Casa do Ceará, feita pelos próprios índios estudantes, que citaram nominalmente a assistente social Ildete Aragão, Nobre da Veiga respondeu que "comprar uma casa só não é corrupção, lá, o preço é mais barato", referindo-se à Casa Nordeste, onde, segundo os denunciantes, Ildete faz compras para os índios do abrigo.

Na opinião do presidente da Funai, o índio Itamará, recentemente internado sucessivamente em duas clínicas psiquiátricas, uma em Taguatinga, outra em Anápolis-Goiás, "é um louco, é um débil mental". Para ele, "os médicos disseram que não é louco pra não ficarem com ele lá".

Nobre da Veiga considera que "houve um erro da Funai, dos índios e, sem saber, do Inera", quanto à demarcação das terras dos Apurinã, atualmente com 17.700 hectares. Os índios pedem uma área de 80 mil hectares, o que o presidente da Funai considera "um problema" indagando: "onde é que se vai colocar as 650 famílias de colonos localizadas em volta?"

Os sete indigenistas que ontem pediram demissão da Funai são Odenir Pinto de Oliveira, chefe da Ajudância em Barra do Garças-MT, recentemente colocado à disposição do Departamento Geral de Operações, em Brasília, após a crise da Funai com os Xavantes; Fernando Schiavini, o chefe do Posto Indígena de Pimentel Barbosa, no mesmo município; Cláudio Romero, antropólogo; Osvaldo Cid Nunes, médico da Delegacia de Cuiabá, e os técnicos em indigenismo Ronaldo Oliveira, Francisco de Campos Figueiredo e Marta Maria.

## Outros 7 pediram demissão denunciando uma política antiindigenista

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, órgão de representação e defesa dos integrantes da categoria profissional dos trabalhadores rurais, manifesta sua apreensão e inconformismo quanto ao estado de beligerência que vem causando inquietude a toda a população do município de Barra do Garças, estado do Mato Grosso. Este local está assolado por um clima de terror praticado por grileiros e jagunços e, que contam com a conivência de autoridades policiais, segundo esclarece a Contag, em ofício enviado ao Ministério da Justiça, do Trabalho e ao Inera.

De acordo com o documento da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura "há um clima de guerra dominando a região, onde as vítimas das violências, os trabalhadores, são

os únicos que sofrem a ação policial, enquanto grileiros e jagunços continuam destilando livres e impunemente pelas ruas, praticando novas violências e arbitrariedades.

Através de ofício e abaixo-assinado enviado, também ao ministro da Justiça e ao presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Garças também pede providências no sentido de resolver a situação dos posseiros. O que eles querem é a desapropriação da área de terra onde estão morando há 12 anos, e que agora está sendo reivindicada pelo fazendeiro João Evangelista. O abaixo assinado:

"Nós posseiros, moradores do Boqueirão e Barra do Brejo, núcleos próximos de Ribeirão Bonito-Cascalheira, vem por meio

deste abaixo-assinado contar a nossa situação e pedir providências urgentes.

Estamos aqui refugiados na mata já faz cinquenta e sete dias. Isto porque não temos segurança de vida. Tanto a polícia como os jagunços estão nos perseguindo.

Temos consciência, que o responsável disto tudo é o fazendeiro João Evangelista que está sendo apoiado por outros fazendeiros da região para expulsar nós da terra.

Estamos lutando porque necessitamos da terra para morar, trabalhar e criar nossos filhos. Então pedimos com muita insistência da parte do Inera, a desapropriação desta área que estamos morando há doze anos.

Este pedido é feito não só para nós, mas para todos os companheiros da região que estão sendo apereados e perseguidos pelos

fazendeiros. Sabemos pelo rádio que em muitas partes do Brasil, os problemas de terra estão bem graves. Por isso o Governo precisa tomar providências urgentes.

Da parte do ministro da Justiça, pedimos para que tome providências, para que a polícia não mexa com problemas de terra e que os jagunços sejam executados, isto é, desarmados e expulsos daqui.

Queremos dizer ainda, que os abusos da polícia vem se repetindo há muitos anos nesta nossa região, prendendo, roubando, matando e servindo de quebra pau dos fazendeiros. Os destacamentos são trocados e continuam agindo do mesmo jeito, cada vez pior.

Esperamos que vossas Exatomen providências o mais rápido possível, para que os nossos feitos, sejam garantidos, ter a terra para continuar a nossa sobrevivência."